

## **A extensão universitária como prática acadêmica educativa: uma experiência comunitária para além da assistência**

Valeria Maria Rodrigues<sup>1</sup>

### **Resumo**

A proposta deste texto é refletir acerca da participação na construção e no desenvolvimento de um programa de extensão na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a partir da minha atuação na Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC). O objetivo central é elaborar, pela reflexão proposta, o porquê do alcance exitoso dos resultados definidos e, dessa maneira, identificar uma metodologia que ajude a contribuir para o sucesso de outras ações. Entretanto, para desenvolver a proposta aqui estabelecida, inicialmente, procurei considerar a extensão em sua essência e o percurso de construção, de forma a compreendê-la como um processo educativo dialógico e, assim, definir seus princípios para além do assistencialismo, com o objetivo de identificar caminhos potenciais do fazer extensionista. Dessa maneira, não se trata de um relato de um processo e experiência, como foi vivido e experimentado, mas de uma elaboração analítica acerca da experiência construída e como, ao se construir, se formam processos educacionais e pessoas que se educam mutuamente, trocam saberes e, dialogicamente, os reelaboram, situando-os em outro patamar.

### **Palavra-chave**

Extensão universitária. Extensão popular. Educação popular. Experiência comunitária.

---

<sup>1</sup>Mestra em Política e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; servidora técnica administrativa na mesma instituição. E-mail: [valeria.rodrigues@ufu.br](mailto:valeria.rodrigues@ufu.br).

## **The university extension as an academic educational practice: a community experience beyond assistance**

Valeria Maria Rodrigues<sup>2</sup>

### **Abstract**

This text aims to reflect upon my involvement in the construction and development of an extension program at the Federal University of Uberlândia (UFU), based on my role within the Office of Extension and Culture (PROEXC). The central objective is to formulate, through the proposed reflection, the reasons behind the achievement of defined outcomes, and thus, identify a methodology that can contribute to the success of other initiatives. However, to develop the established proposal, I initially sought to consider extension in its essence and developmental trajectory, aiming to comprehend it as a dialogical and educational process, and thereby defining its principles beyond mere assistance. This, in turn, helps identify potential paths for extension work. Therefore, this isn't merely an account of a process and experience, as it was lived and undergone, but rather an analytical elaboration of the constructed experience. It examines how, in the act of construction, educational processes and subjects are formed, mutually educating and exchanging knowledge through dialogue, and subsequently recontextualizing them to a different level.

### **Keywords**

University extension. Popular extension. Popular education. Community experience.

---

<sup>2</sup>Master degree in Higher Education Policy and Management from the Federal University of Uberlândia, Minas Gerais, Brazil; administrative technical servant at the same institution. E-mail: [valeria.rodrigues@ufu.br](mailto:valeria.rodrigues@ufu.br).

## **A Educação enquanto processo contínuo de vida**

Paulo Freire afirma que só é possível refletir sobre a educação, se antes fizermos uma profunda reflexão sobre a humanidade. Assim, torna-se importante compreender que as pessoas são, em essência, seres sociais, que se constroem como tais nas relações consigo mesmos e com os outros. Nascemos heterônomos/as, sujeitados/as a leis, muitas vezes à vontade de terceiros ou de uma coletividade, o que se opõe ao conceito de autonomia. Porém, durante o nosso desenvolvimento, buscamos a autonomia, e mais, almejamos a emancipação, e, mesmo vivendo em situações, muitas vezes, de dependência, no sentido que o nosso agir, nas várias áreas e papéis desempenhados, está sempre relacionado a um contexto, aos objetivos a que nos propomos, às pessoas com as quais convivemos, ao ambiente em que vivemos e ao cenário social em um determinado espaço geográfico. Enfim, os nossos planos de vida, tanto no âmbito pessoal, como no acadêmico e/ou o profissional, orientam nossas caminhadas, nossos pensamentos e nossas ações. Sendo assim, nesse processo, podemos entender que estamos envoltos/as a um permanente processo de educação.

No processo de educação aqui defendido, enquanto cada um/a se educa, também educa o/a outro/a, ainda que por vezes não tenhamos uma formação que nos habilite a ser um/a profissional do ensino. Isso porque educação é um processo contínuo de vida, é pensamento, é intenção, é ação carregada de sentido, de significado, de anseios, de planos, de querer e conquistar, que o faz ir e vir, insistir, persistir, esperar, ser e estar em uma busca constante de realizações e de se entender como ser inacabado/a, inconcluso/a, um ser de esperanças e de indignação, como é ressaltado no pensamento freireano.

Sob essa perspectiva, em toda a nossa existência perseguimos os caminhos do saber, pois estamos em permanente aprendizado, captando, recebendo, processando, reprocessando, organizando e assimilando pensamentos, emitindo informações que nos permitem formar conceitos, pré-conceitos, pós-conceitos, ideias, crenças, valores, e, dessa forma, produzimos conhecimentos. E quanto mais nós achamos que sabemos, mais percebemos que precisamos e ainda temos muito o que aprender com o/a outro/a. E quanto mais nos instruímos, acerca de muitas coisas, inclusive a ser pessoas dignas de direitos e de deveres, a ser cidadãos/ãs, mais cientes ficamos de que estamos no mundo, com o mundo, como parte importante de um todo, constituídos por uma diversidade de seres viventes que, igualmente, têm a sua importância, ainda que não seja essa a visão de parcela significativa de nossa sociedade. O que, no limite, aponta para a necessidade do permanente processo de educação social.

Assim considerada, a educação se situa em um processo contínuo de vida, em que temos várias formas de aprender, de nos educarmos e educar o/a outro/a, independente dos espaços e dos lugares onde estamos, caminhamos, vivemos ou convivemos. Dessa forma, onde houver troca, (co)intencionalidade, organização das ações de acordo com os objetivos almejados, a educação acontece, o saber flui, como defende Freire ao dizer que

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (Freire, 1987, p. 38).

Essa forma de educar é o que nos permite olhar e ver criticamente nossa presença no mundo e este, como um lugar de desafios e possibilidades, em que nós, em um permanente processo educativo, somos impulsionados a transformar dadas realidades, nelas intervindo e sendo capaz de promover mudanças e transformações. Por isso, a educação aqui defendida é problematizadora e, por essa razão, é dialógica, crítica, permanente e propulsora da mudança, da liberdade, por ser conscientizadora.

Isto posto, a partir de uma clara e profunda consciência da função da educação e também do seu papel no processo pedagógico, educadores/as podem vir a ser propulsores de mudanças, no sentido de participar de muitos processos de transformações em muitas vidas. Mas, como desenvolver um trabalho educativo e formativo de forma a contribuir para que vidas sejam impactadas positivamente? Como elevar a educação a um nível que “descolonize” o/a cidadão/ã? Na minha compreensão, a chave dessa questão está na opção feita, no objetivo estabelecido, nos métodos utilizados, na metodologia empregada, no posicionamento político adotado e, em grande medida, em conjunto ao processo que se almeja romper.

### **O assistencialismo e mudanças de paradigma: da tutela à cidadania**

A intervenção anteriormente referenciada pode se dar de diversas formas, inclusive por meio da participação na elaboração e implementação de políticas públicas e de ações e práticas que contribuam com o desenvolvimento de pessoas, grupos e comunidades.

Nesse contexto, a extensão universitária, potencialmente, se dá como uma das principais áreas de atuação desse/a educador/a e será o foco principal das minhas reflexões posteriores. Contudo, para que esse potencial se realize, é fundamental que a ação extensionista supere uma concepção assistencialista e se efetive dialogicamente. O que, sem dúvida, é um grande desafio a ser enfrentado no campo da extensão universitária, principalmente no campo da extensão popular.

Assim, é essencial que se faça aqui um parêntese para uma reflexão necessária, ainda que esta não se dê de modo aprofundado, uma vez que não se trata do escopo desta escrita. Trata-se do modo como o assistencialismo ora é visto como prática da promoção humana, que se faz presente para tentar garantir um mínimo de dignidade à parcela significativa da população que dele necessita para sobreviver; ora é compreendido como prática necessária para manter a tutela e a dependência das pessoas ao paternalismo do Estado. Em ambos, não há dúvidas de que o processo educativo afasta ou alonga o processo de formação autônomo educacional anteriormente defendido.

Logo, aqui também se propõe a discutir se o assistencialismo pode ser ressignificado e, se puder, de que forma é possível promover tal mudança de paradigma, em que a “tutela” não seja o objetivo fim, mas o ponto inicial de um conjunto de possibilidades que vise a estruturar o indivíduo para que este possa, como pessoas do processo, avançar em direção à uma educação que contribua, efetivamente, com a formação da sua cidadania.

Tal reflexão se conecta com a própria reflexão sobre o papel da Extensão Universitária, uma vez que ela foi iniciada no Brasil com objetivos bastante assistencialistas e, durante o seu desenvolvimento, vem reconstruindo sua concepção e prática, com princípios e diretrizes voltados para o processo acadêmico educativo formativo, podendo contribuir também na construção da cidadania, como será desenvolvido adiante neste artigo.

Conforme apresentado pelo então Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), a assistência social está diretamente relacionada às ações de proteção social. Enquanto política pública, almeja ofertar apoio àqueles que necessitam de auxílio para o enfrentamento de dificuldades que são advindas de um cenário de vulnerabilidade econômica e, por isso, vulnerabilidade social.

As ações de assistência social se traduzem em ofertar benefícios, serviços, programas e projetos para uma parcela da população que deve provar a necessidade de atendimento para a garantia da sua proteção social. Tem o intuito de contribuir para com a prevenção de riscos

peçoais e sociais, por meio de ações que promovam direitos primordiais à existência humana, pelo menos com o mínimo de dignidade.

O profissional qualificado com competências de nível superior para tratar dessas questões é o/a assistente social, com graduação em Serviço Social. Esse/a profissional, uma vez formado/a, está habilitado/a a intervir nas diversas refrações das questões sociais e atua na perspectiva da intervenção investigativa a partir da análise da realidade social de cada pessoa, família ou comunidade em que está inserida. Assim, atua na formulação, na implementação, no acompanhamento, no monitoramento e na avaliação de benefícios, serviços, programas e políticas sociais que visam à defesa, à preservação e ao cumprimento de direitos humanos e da justiça social.

Sendo assim, esse “trabalhador social”, tanto pode, como deve, ampliar sua área de atuação para contribuir com ações no campo da educação e tratar das questões sociais com ênfase em uma atuação capaz de promover mudanças e transformação, assim como defende Paulo Freire, quando destaca

E se o homem é capaz de perceber-se, enquanto percebe uma realidade que lhe parecia “em si” inexorável, é capaz de objetivá-la, descobrindo sua presença criadora e potencialmente transformadora desta mesma realidade. O fatalismo diante da realidade, característico da percepção distorcida, cede seu lugar à esperança. Uma esperança crítica que move os homens para a transformação. Evidentemente, este é o objetivo do trabalhador social que opta pela mudança (Freire, 1979, p. 27).

Portanto, torna-se fundamental que também os/as assistentes sociais – e todos/as que acreditam que a mudança não é trabalho exclusivo de alguns, mas de todos/as – ampliem suas práticas, tornando-as educativas na concepção aqui defendida. Isso porque considero importante que atuemos enquanto educadores propulsores de mudanças; mudanças estas capazes de transformar a todos/as que estiverem envolvidos nesse processo. Mas, de que forma ações educacionais são capazes de intervir em vidas e provocar mudanças ao nível de contribuir para a redução da dependência, e oportunizar a construção de sujeitos/as no ambiente de vivência e convivência com eles/as mesmos/as, com os outros, com o ambiente, com o seu espaço e com a sociedade onde está inserido/a?

Segundo Freire (1967, p. 56), “o grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a ‘abertura’ de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica”. Freire ainda reforça que:

Toda vez que se suprime a liberdade, fica ele um ser meramente ajustado ou acomodado. E é por isso que, minimizado e cerceado, acomodado a ajustamentos que lhe sejam impostos, sem o direito de discuti-los, o homem sacrifica imediatamente a sua capacidade criadora (Freire, 1967, p. 42).

Partindo dessa premissa, a meu ver, a educação dialógica, e por isso crítica e libertadora, é o fio condutor para o avanço de uma conduta de atuação para além da assistência. Todo/a profissional que tem a pretensão de atuar nessa perspectiva, precisa importar-se em colaborar para que as pessoas percebam sua capacidade criadora e potencialmente transformadora, ou seja, que estas não sejam vistas enquanto objetos, submissas, ajustadas e acomodadas. Mas que estas pessoas se situem enquanto partícipes dos próprios processos de evolução, em posturas conscientemente críticas diante de seus problemas, não retirando deles/as o poder de escolha e decisão em relação aos seus destinos.

### **A Extensão Universitária: da assistência à prática acadêmica educativa**

A extensão universitária, desde seus primeiros registros no Brasil, transitou por diversos caminhos. Para uma melhor compreensão da sua evolução, por onde e de que forma ela se institucionalizou e como se apresenta hoje, peço permissão aos leitores deste artigo para apresentar uma breve reflexão, revisitando minha dissertação de mestrado (Rodrigues, 2014), em que abordei de forma aprofundada o histórico da extensão universitária no Brasil, apresentando a trajetória histórica dela, as origens, os sentidos-significados e alguns elementos de seu desenvolvimento, de forma a discutir a relação da universidade com a comunidade externa a ela.

A partir do que considere na produção acadêmica, procurarei identificar como a extensão universitária e as ações assistencialistas já estiveram vinculadas entre si, e a partir de quando as universidades atribuíram à concepção da extensão, não mais uma prática assistencialista, mas uma atividade acadêmica formativa capaz de impulsionar mudanças e transformações.

Conforme Rodrigues (2014), os registros iniciais acerca da extensão universitária brasileira remontam ao período da criação das primeiras universidades no Brasil. De fato, pude demonstrar que naquele momento a Universidade do Rio de Janeiro, em 1922, e a Universidade de Minas Gerais em 1927, traziam experiências qualificadoras como extensão. Também nesse período, a extensão universitária apareceu em documentos formais da época, como observado no Estatuto da Universidade Brasileira, no Decreto-Lei n. 19.851, de 1931 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024, de 1961. Destaca-se, no entanto,

que a extensão, nesse momento, estava centrada na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência por meio de cursos e serviços voltados à comunidade.

Como demonstrei no referido trabalho acadêmico, a trajetória da extensão universitária no Brasil pode ser separada em dois períodos políticos importantes. O primeiro, anterior ao período militar, foi marcado por críticas à própria universidade, que apontavam seu caráter elitista e ornamental, e a sua distância em relação à realidade e ao desenvolvimento do país, sendo elas (as universidades) consideradas lugares privilegiados. De fato, entre o final dos anos de 1950 e o começo dos anos de 1960, houve um salto qualitativo na concepção de universidade. Avançou-se na noção de educação como prática pela liberdade, já então inspirada nas experiências de Paulo Freire; nas reflexões e análises acerca do conteúdo da cultura brasileira e da sua dependência com o exterior; a defesa da cultura nacional; os movimentos de cultura popular; os movimentos de educação de adultos e educação de base; a mobilização e o debate público, em nível nacional, na campanha pela aprovação da LDB, em que o tema do ensino público e gratuito foi uma das bandeiras principais. A extensão que se iniciava efetivamente construía uma ideia de educação que visava à autonomia das pessoas envolvidas no processo.

Como procurei destacar, a partir dos anos de 1960, conforme afirma Santos (2001, p. 205), para além da vertente economicista e produtivista, o apelo à prática universitária teve outra vertente de orientação social e política: a conclamação da responsabilidade social da universidade em face aos problemas do mundo na atualidade. Essa nova vertente foi considerada enquanto responsabilidade, e não foi assumida em tempos passados, mesmo com a evolução crescente da urgência de soluções para problemas de ordem social, e nem mesmo com a universidade tendo acumulado conhecimentos valiosos sobre eles. É possível compreender que a proposta da extensão não apenas visava a transformar a sociedade, mas a transformar a própria universidade.

Assim, pode-se dizer que, naquele período, a universidade foi criticada por raras vezes ter se preocupado em mobilizar conhecimentos acumulados em favor de possíveis soluções para esses problemas sociais, e também por não aspirar e empreender esforços para uma autonomia institucional na tradição do seu espírito crítico, de discussão livre e desinteressada, a serviço dos interesses dos grupos sociais mais excluídos. O que se colocava no centro da crítica incisiva à universidade era o fato de esta manter-se relativamente distante das questões sociais mais prementes.

Neste contexto, o movimento estudantil, a partir de 1964, pôde ser considerado o porta-voz dessas reivindicações mais incisivas no sentido da intervenção social da

universidade, pois abraçou a luta pelas reformas sociais conjuntamente às lutas operárias, às greves de professores e à organização das universidades populares. Nesse sentido, é importante considerar que os estudantes em formação ansiavam por uma formação que fosse capaz de melhor conectá-los à realidade em que estavam inseridos e, mais que isso, que essa realidade, com seus conflitos e necessidades, perpassassem sua formação.

O segundo momento referido, em certo sentido, vincula-se diretamente ao primeiro. Iniciando-se a partir de 1964, ele foi marcado pelo refrear desse processo que direcionava a extensão para o papel de “porta de entrada” das questões sociais na universidade e, ao mesmo tempo, de “porta de saída” dos muros da universidade para contribuir de forma mais ampla com o desenvolvimento social. Em amplo sentido, o desenvolvimento da extensão universitária no Brasil, a partir de 1964, se deu no contexto da ditadura militar e, nos anos que se seguiram, dentro dos movimentos de resistência a esta ditadura e em conjunto com as lutas pela redemocratização do país.

Progressivamente, entre os anos de 1960 a 1970, a universidade foi incorporada à lógica da nova ordem política instalada no país com o regime militar, dentro de um quadro de Estado autoritário. Rapidamente, buscou-se sufocar as potencialidades desta instituição enquanto espaço da crítica, da problematização, da criatividade frente às questões político-sociais brasileiras. Processo que, pelo que apontamos no período anterior, atingiu a extensão de forma visceral.

Nessa nova/velha perspectiva, que retomava o conservadorismo, programas, projetos e ações, foram implementados no âmbito da extensão universitária como estratégia de, por um lado, assimilar e ressignificar algumas das bandeiras e reivindicações presentes entre os estudantes e, assim, desradicalizá-las e, por outro, apontar para um relativo compromisso social da universidade frente às demandas que se colocavam na sociedade brasileira, nos termos defendidos pelo governo militar.

Entretanto, se esse período, por um lado, pode ser considerado como de grande retrocesso ou estagnação, por outro cabe ressaltar que foi nele que, pela reforma universitária de 1968, a extensão tornou-se uma exigência em todas as instituições de ensino superior no Brasil, no formato de cursos e serviços ampliados à comunidade. Assim, houve o controle do Estado sobre a extensão, debilitando suas potencialidades, no entanto, a extensão se tornou inerente a todas as universidades, o que ampliou significativamente seu campo de atuação, pois esta se vinculou à territorialidade da própria universidade como instituição.

Contudo, sob o rígido controle do Estado, é importante destacar que as ações desenvolvidas foram aquelas fortemente alinhadas com a perspectiva governamental. E, no

bojo dessas experiências, promoveu-se a construção de noções, de práticas e de discursos que colocaram, na extensão universitária, o problema da relação entre a universidade e a sociedade, especialmente sob a forma que a Universidade, detentora do conhecimento, o levaria para a sociedade, principalmente para aquela parcela com maior grau de vulnerabilidade socioeconômica, assistindo-a em suas necessidades mais prementes.

Destaca-se, ainda, desse período, o fato de que, mesmo assumindo uma maior presença no interior da universidade, a extensão continuou sendo negligenciada na legislação educacional vigente da época, pois ela ainda permanecia desvinculada de qualquer órgão da estrutura universitária.

Portanto, podemos concluir que a extensão, durante o momento relatado, ainda não era pensada como função da universidade, mas como uma forma de execução das atividades de ensino e pesquisa estendidas à comunidade. Desta forma, era exercida por meio de cursos, seminários e prestação de serviços, em uma perspectiva predominantemente assistencialista.

O esgotamento do governo militar levou a um novo momento da sociedade brasileira e da extensão universitária. Com o fortalecimento da sociedade civil durante a década de 1980 e com o surgimento e desenvolvimento de novos movimentos sociais hegemônicos, também foi discutido um novo paradigma para a universidade brasileira, sua relação com a sociedade e o papel da extensão. O que se vislumbrava era a oportunidade de retomar o diálogo interrompido.

Dessa forma,

[...] a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade (Forproex, 2000/2001, p. 4).

Nesse sentido, retomou-se a discussão do lugar e papel da universidade e, nesse contexto, foi-se elaborando uma concepção de autonomia vinculada à ideia de compromisso social com a maioria da população. A extensão universitária se apresentou, no dizer de Fagundes, “como um desdobramento dessa universidade que se queria autônoma e que pretendia colocar-se a serviço da sociedade” (Fagundes, 1986, p. 108).

Como um dos frutos desse processo, se deu a criação de um espaço de diálogo acerca da extensão em suas diversas matizes. E, considerando que, em razão da reforma de 1968 a extensão já estava presente em todas as universidades, foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), em 1987.

O Forproex, como fórum nacional, possibilitou não apenas a discussão sobre a extensão, mas a reflexão sobre esta no contexto de uma sociedade com diversas especificidades. Não por acaso, esse momento foi considerado um marco na história da extensão universitária, pois a partir dele é que se acentuou a organização, sistematização e intensificação das ações para sua institucionalização, a partir de uma realidade diversa e reconhecedora de inúmeros saberes que não se localizavam apenas no conhecimento acadêmico. Assim, um novo conceito de Extensão foi delineado no I Encontro do Forproex:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (Forproex, 1987, p.11).

Isto posto, com uma nova proposta de conceito mais ampliado, a extensão universitária incorporou às competências dela o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Para além da assistência e do seu caráter de prestação de serviço, até então predominantes, a extensão passou a ser tomada também como espaço de produção-difusão e diálogo de saberes. Um importante avanço, uma vez que a partir disso, a extensão pôde ser definida, também, enquanto uma prática acadêmica, como destacado no Plano Nacional de Extensão, que defende:

Do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações desenvolvidas pela extensão. De função inerente à universidade, a extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os movimentos sociais que estavam surgindo (Pnext, 2000/2001, p. 3).

Desde sua criação, o Forproex constituiu-se no espaço de organização, sistematização, regulamentação, avaliação, normatização e reavaliação da extensão, uma vez que nele estão congregadas as diversas experiências das universidades brasileiras, possibilitando-lhe institucionalizar a Extensão no âmbito nacional, considerando as diversidades locais e regionais de um país como o Brasil.

Embora todos os períodos sejam importantes, destaca-se, com mais proeminência, o ano de 2012, período em que o fórum da extensão apresentou um conjunto organizado, especialmente quanto ao conceito, diretrizes e princípios da extensão. Isso porque, em meados

de maio de 2012, foi apresentada pelo Forproex uma proposta de Política de extensão que, a partir de então, se tornou um documento norteador das ações de extensão universitária no Brasil, intitulada “Política Nacional de Extensão Universitária”. Nele, a própria extensão, em sua essência, foi (re)conceituada, passando a ser compreendida como um processo educativo interdisciplinar, que promove a interação entre a academia e todos os outros setores da sociedade, de forma a estabelecer transformações.

Portanto, a partir de 2012, essa “Proposta de Política Nacional de Extensão Universitária”, apresentada pelo Forproex às universidades brasileiras, serviu enquanto o documento norteador da extensão universitária no Brasil, porém ainda não de forma institucionalizada.

Somente em fevereiro de 2017 foi constituída uma comissão, no âmbito da Câmara de Educação Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação (CNE), para que, entre outras atribuições, fossem estabelecidas diretrizes e normas para as atividades de extensão, no contexto da educação superior brasileira, na qual sua atribuição seria a de compilar e consolidar as normas vigentes sobre a extensão, de forma a legalizá-la.

Deste modo, após quase dois anos do início do trabalho desta comissão, a Extensão Universitária no Brasil foi finalmente institucionalizada, no final de 2018, por meio da publicação da Resolução CNE/CES 7/2018, publicada no Diário Oficial da União, em Brasília, na data de 19 de dezembro de 2018. Em seu Artigo 3º descreve o conceito de extensão:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (Brasil, 2018).

No Art. 5º da mesma Resolução, é estruturada a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior como sendo:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular; III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades

acadêmicas e sociais; IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico (Brasil, 2018).

Sendo assim, no meu entendimento, esse marco normativo proporciona às universidades brasileiras a possibilidade de se ancorar em práticas capazes de contribuir para a formação acadêmica, profissional e cidadã de discentes da educação superior, para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, de modo ampliado e indissociado, no nosso país. Práticas também capazes de promover o desenvolvimento sustentável de territórios e contribuir para/com uma educação problematizadora, emancipatória e mais cidadã para todos/as os/as envolvidos/as no processo; processo esse que deve ser pedagógico.

Portanto, conceituada e institucionalizada agora a Extensão Universitária, a prática extensionista das universidades é traduzida, conforme descrito no Art. 6º da Resolução n. 7/2018, com os seguintes princípios:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade; III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação; VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira (Brasil, 2018).

Portanto, mais uma vez a institucionalização da extensão demonstra que a universidade, por meio do ensino associado à pesquisa e à extensão, precisa cumprir com a sua função de produção e de socialização do conhecimento, em interlocução com outros segmentos da sociedade, permitindo a troca de saberes e a formação ampliada dos/as estudantes, com ações voltadas aos problemas da sociedade brasileira e atenta às dimensões social, econômica, cultural e ambiental, capazes de promover mudanças e transformações em diversos ambientes e realidades e transformando também suas próprias práticas universitárias.

## **O Programa DIST – Shopping Park: no desenvolvimento do território, a construção da cidadania**

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por meio da sua Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), vem desenvolvendo um conjunto de ações, segundo as características que lhe são peculiares e considerando seus objetivos e diretrizes que, em ampla medida, podem ser considerados de vanguarda em relação à extensão. Isso porque, há um bom tempo, a consideração da extensão como concepção e prática das diretrizes pertinentes à nova legislação da Extensão promove ações voltadas ao desenvolvimento humano, e à sustentabilidade do território nas suas mais variadas áreas de atuação.

O Programa DIST é resultado de uma dessas ações. Para tanto, destacaremos a seguir a experiência que consideramos exitosa desse trabalho extensionista, realizado em uma perspectiva da educação e extensão popular e, por isso, emancipatória e libertária.

A UFU vem recebendo destaque no cenário local e nacional em função de muitas das ações desenvolvidas na relação universidade-comunidade, e esse destaque se deve também ao desenvolvimento do Programa DIST Shopping Park.

O Programa “DIST – Shopping Park: no desenvolvimento do território, a construção da cidadania”, consiste em um acordo de cooperação financeira entre a Caixa Econômica Federal (CEF), via Fundo Socioambiental da Caixa, e a Universidade Federal de Uberlândia, por meio da sua Pró-reitoria de Extensão e Cultura, com a parceria da Secretaria Municipal de Cultura, da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

O objetivo central do programa é promover o desenvolvimento integrado e sustentável do território – bairro Shopping Park – e dos moradores que o compõem, a partir de ações de extensão e cultura que promovam a autonomia e a sustentabilidade em todas as dimensões do território, no sentido de promoção da melhoria da qualidade de vida dos moradores no Bairro e no espaço urbano em que este está inserido. Para mais, outro importante objetivo é o desenvolvimento de ações de extensão e cultura que promovam a autonomia das pessoas e a sustentabilidade em todas as dimensões do território em quatro grandes eixos estruturantes, que são: governança territorial, gestão ambiental, dinamização econômica e promoção sociocultural.

Caracterizado, até então, enquanto “projeto” pelo seu agente financiador, o Fundo Socioambiental da CEF, o DIST Shopping Park assumiu caráter de programa em razão da amplitude e complexidade de ações e desdobramentos dele. Durante a execução, foi ganhando a envergadura de um Programa no âmbito da UFU e, como tal, vem desenvolvendo ações e

promovendo a articulação de organizações de moradores desde janeiro de 2016 até a presente data, ao passo que estão sendo realizadas ações de diagnóstico e oferta de atividades no território para toda a comunidade local.

Para além dos objetivos propostos, a Universidade Federal de Uberlândia, por meio da experiência do programa DIST Shopping Park, ainda se propôs a elaborar uma metodologia social a ser replicada com vistas a contribuir para a conformação e fomentação de políticas públicas orientadas pelas práxis estabelecidas no sentido de promoção da melhoria da qualidade de vida em outros espaços urbanos e em outros territórios.

O público que participa diretamente do programa é formado por aproximadamente 25.000 habitantes do bairro Shopping Park, sendo os moradores de 8 empreendimentos do programa “Minha Casa, Minha Vida” e demais moradores do bairro. Um público de um território localizado na zona sul da cidade de Uberlândia/MG, porém, uma comunidade ancorada em vulnerabilidades.

Os moradores das 3.632 habitações dos 8 empreendimentos do programa “Minha Casa, Minha Vida”, localizados no bairro Shopping Park, são beneficiários desse programa de política pública para a moradia e também fazem parte do público de muitas outras ações governamentais e de entidades filantrópicas, sendo que a grande maioria deles recebe concessão de bolsas e benefícios de outros programas de Estado.

O programa, ao longo desses anos de atividades efetivas e permanentes no bairro Shopping Park, já atendeu diretamente, dentre o seu público participante, mais de 4.700 moradores, de todas as faixas etárias, em atividades relacionadas aos 4 eixos estruturantes do programa, que conta com ações nas áreas culturais, de esporte e acompanhamento escolar, de geração de renda, de articulação, integração e socialização e em atividades de projetos coletivos.

Já foram desenvolvidas 86 ações certificadas pela Universidade Federal de Uberlândia, totalizando 5640 certificados para os participantes do Programa DIST, em mais de 35 modalidades ofertadas ao longo desses anos de execução, a exemplo: Artes visuais - desenho e pintura, balé e jazz, bordado em pedraria, cabeleireiro, capoeira, cine comunidade, corte e costura, criação de bolsas, criação de figurinos, culinária, customização de roupas, dança de salão, danças urbanas, educação ambiental, formação continuada em equipe de trabalho, formação de atores territoriais, formação e assessoria de empreendimentos, futsal e atletismo, ginástica e qualidade de vida, grafite, horta comunitária, karatê, manicure e pedicure, maquiagem e design de sobrancelhas, musicalização – flauta doce, oficinas de acompanhamento e reforço escolar, oficinas de tecnologia e outras mídias, ornamentação de

festas e buffet, reaproveitamento de jeans, ruas de lazer, seminários de mediação entre a comunidade - poder público, teatro, viola, violão, visitas guiadas e vôlei.

Pela diversidade das ações desenvolvidas é possível destacar, não apenas a efetividade/presença do DIST no território, mas o envolvimento das pessoas com as atividades e com o programa. Entretanto, talvez o elemento mais efetivo desse conjunto de atividades não seja, inicialmente, visível. Isso porque, como ação de extensão que dialoga com a educação transformadora, o conjunto de ações do DIST cumpriu com, pelo menos, dois papéis simultâneos e vinculados. Por um lado, as ações visaram a desenvolver e dialogar com habilidades das áreas de interesse da comunidade, uma vez que as pessoas decidiram quais seriam os cursos e oficinas. Esse resultado objetivo e pragmático pode ser mensurado diretamente pelos certificados e apresentações de resultados das ações, como ocorreu em diversos momentos do programa e se encontram registrados no Sistema de registro de Extensão da UFU (SIEX/PROEXC/UFU).

Todavia, talvez o outro lado – aquele dos resultados não tão facilmente mensuráveis, porque exige a identificação, captação e sistematização do qualitativo – tenha deixado mais frutos e, efetivamente, esteja contribuindo para o fortalecimento da comunidade, sustentabilidade e integralidade do lugar e das pessoas que o compõem. Isso porque, a participação em oficinas e cursos não se encerrou no desenvolvimento de habilidades e competências, mas, fundamentalmente, propiciou momentos de trocas e reconhecimento no outro de sua própria condição. E, nesse processo de construção conjunta, possibilitou a criação de estratégias que permitissem a essas pessoas ressignificar suas experiências e posição no mundo.

Quanto aos resultados diretos, o programa se traduz também na efetivação da significativa participação dos seus integrantes, que obtiveram mais de 75% de frequência em todas as atividades das modalidades propostas e realizadas.

Dos resultados mensuráveis, ainda podemos destacar os principais produtos que o Programa DIST Shopping Park conseguiu até aqui: atestados de capacidade técnica, apresentações em eventos científicos, publicações de vários artigos científicos, publicações em revistas, livros, produções iconográficas, vídeos-documentário, formação de empreendimentos coletivos e de empreendimentos individuais, e a outorga de Menção Honrosa no Prêmio Destaque de Atividades Extensionistas “Paulo Freire” da Universidade Federal de Uberlândia no ano de 2021.

Atualmente, no território, sete projetos de sustentabilidade de empreendimentos coletivos se consolidaram, sendo estes desenvolvidos por grupos da própria comunidade,

conduzidos por coordenadores comunitários voluntários moradores do próprio bairro, formados dentro do Programa DIST, sendo: Esporte Shopping Park Legal; Arteando Grupo de Teatro; Pinta e Borda - bordados e customização de roupas; Clube de Mães; Park do Sabor - culinária; Ateliê de costura e criação Park Fashion; e Horta comunitária - Orgânicos Park.

Ainda dos resultados, dos empreendimentos individuais, doze empreendedores individuais formados pelo DIST se consolidaram e receberam do programa equipamentos de fomento, com materiais de consumo e permanentes para fomentar os seus empreendimentos nas áreas de estética e beleza (cabeleireiro, manicure e pedicure, maquiagem, design de sobrancelhas) e culinária.

Todos os empreendimentos coletivos e individuais continuam recebendo o acompanhamento e assessoria na área de gestão de negócios, *marketing* e comunicação por parte da coordenação do programa.

Em princípio, um “projeto” que seria executado pelo período de 24 meses, transformou-se em um programa que se estendeu por mais de 40 meses de atuação no bairro e, ainda hoje, continua com ações sustentáveis.

Mas como se deu esse processo de construção da proposta e sua implementação na realidade apresentada? De que forma foram construídas suas etapas? E as ações propostas, como ocorreram as escolhas e a adesão? De que forma a comunidade se envolveu e participou efetivamente? Qual seria a fórmula para o resultado positivo para além do esperado? O porquê do sucesso desse programa? De que forma ele vem conseguindo a continuidade das ações de forma sustentável?

### **Uma metodologia em construção: dos muitos jeitos, um novo caminho para a relação universidade-comunidade**

De diferentes formas, o que o DIST Shopping Park se propôs a fazer foi apresentar um caminho próprio para a relação universidade-comunidade, uma vez que cada comunidade/grupo de pessoas traz, em si, a própria subjetividade e necessidades. Assim, essa ação extensionista, balizada na educação e extensão popular, ou seja, na educação para a liberdade, autonomia e emancipação, na ousadia, decidiu construir uma metodologia social, adotando como método a elaboração junto à comunidade, por meio do diálogo, da troca do saber e da escutatória, ou seja, da interação dialógica.

Dessa maneira, não apenas se dispôs a registrar todos os passos, mas, fundamentalmente, avaliá-los, submetê-los à constante reflexão e reelaboração para se

encontrar as formas e conteúdos que melhor se adequassem aos anseios, objetivos e parâmetros estabelecidos.

O primeiro e grande desafio foram as tratativas entre a UFU e o órgão financiador. Não se tinha uma proposta de projeto pronta e já determinando nele todas as suas etapas, os procedimentos e as atividades que iriam ser executadas e os resultados esperados. O intuito da UFU era de que fosse aprovada uma proposta de “projeto” que levasse em consideração o diálogo com a comunidade. Para isso, foram necessários quase 2 anos (2013 e 2014) de negociações para que o Fundo Socioambiental da CEF entendesse e aprovasse uma proposta de projeto da UFU em que o trabalho fosse com a comunidade e não apenas para a comunidade.

A partir do acordo de cooperação assinado, a liberação dos recursos aconteceu apenas em agosto de 2015, e sua efetivação física em novembro do mesmo ano, para início das atividades no território, a partir de janeiro de 2016.

Ao chegar no território, a UFU encontrou, por intermédio da percepção de órgãos e instituições que atuavam no lugar, uma visão pré concebida do “perfil dos moradores” daquela comunidade: “eram pessoas desanimadas, desinteressadas, acomodadas e nada que se propunha para eles ia para frente porque eles não participavam”. Quase sempre, a percepção anteriormente destacada vinha acompanhada do veredito de que as ações e projetos propostos por lá não dariam certo.

É importante reforçar aqui que a visão da UFU parte e se forma de outro lugar. Não se trata de desconsiderar tais percepções, mas entender quais são os mecanismos que fazem com que se tornem possíveis as experiências pontuais e as generalize, ou ainda, que as constroem em uma visão reducionista de uma complexidade muito maior e ampla que se constitui em todo e qualquer grupo de pessoas. Ao nos depararmos com tal visão, ela foi considerada como um elemento a ser compreendido de forma processual, tentando entender como se chega a visões estanques, como cada pessoa se percebe e é percebido. E, a partir daí, considerando que a educação para a autonomia exige a consideração das pessoas de forma ampla e de si mesmo no processo, o que procuramos fazer foi entender, para além daquelas lentes, o que mais havia para ser visto/percebido.

Outro importante elemento para o alcance dos resultados foi a consideração de que a soma de esforços tende a ser bastante efetiva. Dessa maneira, um fator bastante positivo e que permitiu o início das atividades dessa ação extensionista no bairro Shopping Park foi o estabelecimento de importantes parcerias entre a UFU, algumas empresas, o órgão público e

entidades, inclusive do bairro. De fato, o que se procurou fazer, desde o início, foi identificar potencialidades e pontos de apoio que poderiam se somar para o alcance de resultados.

A principal delas foi a efetivação da parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia (SMC), que tem à disposição na comunidade local um equipamento social que estava em desuso por falta de recursos públicos para tal. Portanto, a partir de janeiro de 2016, esse equipamento da prefeitura, por meio de uma cessão de uso compartilhado com o Programa DIST Shopping Park, permitiu que a sede administrativa, e praticamente todas as atividades do programa, acontecessem nas instalações do Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU Shopping Park.

Quanto à formação da equipe de trabalho, a estratégia utilizada pela extensão da UFU foi a de formar uma equipe multidisciplinar em que parte dos seus integrantes pudessem ser os próprios moradores do bairro. Para tanto, o primeiro contato com a comunidade foi a abertura de um edital de seleção para contratação de pessoal, em que foram priorizados os moradores do próprio bairro, para atuarem nas mais variadas funções; a exemplo, bolsistas de extensão (alunos de diferentes cursos de graduação da UFU), área pedagógica, mobilização social, área administrativa e de apoio. Mais adiante, todos os outros editais de contratações ocorreram com esse mesmo procedimento, inclusive para as funções de monitores, ministrantes, oficinairos e professores. Dessa forma, os próprios moradores tornaram-se participantes promotores de todo o processo do programa, formando-se, conosco, na e pela experiência cotidiana de participar da promoção de uma ação extensionista dessa dimensão.

A organização do programa DIST foi formada por uma coordenação geral, duas coordenações adjuntas e três gestores de território, e juntamente com demais membros da equipe, optou-se em trabalhar na perspectiva de uma gestão compartilhada e uma coordenação colegiada capaz de decidir coletivamente todos os encaminhamentos pertinentes ao programa. O objetivo foi que cada ideia/decisão debatida pelo conjunto pudesse ser aperfeiçoada/desenvolvida/enriquecida pelas multiplicidades de olhares e concepções a partir de diferentes lugares e visões, com a estratégia que melhor se aproximasse da complexidade do território e das ações propostas.

Uma vez formada, a equipe de trabalho iniciou e desenvolveu um processo de diagnóstico para melhor compreender o território. Essa pesquisa-ação, ao longo de todo o processo, revelou-se como uma decisão bastante assertiva. Em todas as visitas domiciliares a equipe foi bem recebida e, além da aplicação do instrumental de entrevista, outro instrumental foi utilizado por outro membro da equipe para observar o ambiente, as condições de moradia, as condições dos moradores e os seus relacionamentos com as famílias que ali residem. Mas,

principalmente, porque por meio do diagnóstico foi possível ouvir os moradores em seus anseios, em seus não interesses, em suas propostas e condições.

Após serem coletados, os dados obtidos foram tratados e o diagnóstico pré-finalizado submetido à comunidade para verificar se essa se via nele para, então, ser encaminhado e aprovado junto ao Fundo Socioambiental da CEF, na forma de um relatório diagnóstico, apresentado como instrumento de mapeamento que ajudava a compreender a realidade da comunidade, seus anseios e demandas, de forma a orientar o trabalho de implementação das futuras ações.

A devolutiva do diagnóstico para a comunidade ocorreu por meio de um convite aceito para um evento, que permitiu o diálogo entre os partícipes, oportunizando o delineamento de quais ações e atividades a própria comunidade escolhe para serem implementadas. Um pacto de compromissos e responsabilidades foi feito.

Em curso, a coordenação colegiada do Projeto DIST prosseguiu com a elaboração dos planos de trabalho das atividades propostas e aprovadas.

Somente após esse processo é que se deu início à abertura das matrículas para o desenvolvimento de atividades propriamente ditas, permitindo que todos/as os/as interessados/as pudessem ser matriculados/as nas atividades de interesse e por livre escolha. E, mesmo nas atividades em que todas as vagas foram rapidamente preenchidas, foram organizadas muitas e grandes listas de espera, com o intuito de ampliação das vagas. Devido à grande procura da comunidade para participarem das atividades do programa, foi necessária a abertura de muitas outras turmas em várias modalidades para atendimento à essa demanda. E, durante todo o processo de execução do programa DIST, de 2016 até a presente data, sempre foram necessários encaminhamentos para que todos que escolheram estar ali tivessem um lugar garantido para participar.

A coordenação do programa, desde então, vem executando, analisando, avaliando e reavaliando, modificando, reestruturando e, algumas vezes, recomeçando processos, em todos esses anos de atuação no bairro Shopping Park.

A reflexão sobre a experiência DIST, a partir do conjunto de avaliações, mudanças e alguns recomeços demonstra que sua reelaboração como prática e programa só foram possíveis porque a comunidade acreditou, confiou, participou, se envolveu, recomendou modificações e integrou o DIST, porque a UFU, utilizando do princípio da economicidade, não mediu esforços para que fosse feito o máximo possível, com o mínimo de recurso financeiro necessário, permitindo assim a possibilidade de extensão das ações e dos prazos estipulados para a execução das atividades, bem como porque a Caixa Econômica Federal se

dispôs à experiência proposta e, a partir dos excelentes resultados obtidos, autorizou várias reprogramações e reformulações que resultaram das avaliações, permitindo modificações tanto no escopo do Programa como na forma de gestão dos recursos.

Outro elemento fundamental a ser considerado é a perenidade das atividades. As ações sustentáveis que levam adiante o programa só são possíveis porque, a partir da finalização da execução financeira do Programa DIST Shopping Park, via órgão financiador, a PROEXC/UFU se responsabilizou por incubar, por um período determinado, sob condições controladas favoráveis ao desenvolvimento, permitindo assim o caminhar para a eclosão dessas pessoas, representantes dessa comunidade, em destino à sua autonomia e emancipação.

Além de todos os resultados já descritos, nada se compara aos resultados qualitativos e que ainda não puderam ser mensurados e rapidamente indicados anteriormente, mas perceptíveis e que saltam à luz dos olhos daqueles que acompanham os participantes desse programa, podendo ser observado em muitos, como o olhar ofuscado de antes e o brilho no olhar de hoje; a postura retraída de antes e a postura ereta de hoje; a inibição de antes e a desenvoltura de hoje; a dificuldade de relacionamentos de ontem e a constituição dos laços e parcerias de hoje; a indisposição de ontem e a atitude de hoje; o individualismo de antes e trabalho cooperativo e colaborativo de hoje.

Tais resultados dizem respeito a um processo integrativo, democrático e reflexivo, na busca por valorizar os conhecimentos populares das pessoas que participaram dessa ação extensionista, em conexão direta com os conhecimentos da academia.

Essa metodologia, que ainda está em construção e talvez permaneça em constante construção, nos mostra que a educação é contínua e exige investigação, escuta e diálogo, apreensão da realidade, comprometimento e responsabilidade, exige respeito às escolhas, tempo, acordos pactuados, avaliação e, muitas vezes, mudanças no percurso e recomeços.

### **Um processo de construção em prol da cidadania**

Vivendo hoje em plena era da informação, do conhecimento, da tecnologia e também da consciência em relação à inter-relação e interdependência de vários aspectos e elementos da nossa existência, não é possível, em qualquer processo educativo, deixar de considerar a integração da tríade pensar-sentir-agir.

Percebemos que, a cada novo tempo, ampliamos e diversificamos o nosso trabalho, em uma incessante necessidade de agir em busca do desenvolvimento de uma educação

realmente inclusiva, de qualidade e comprometida com a formação integral do homem, enquanto ser social e pessoa ativa da sua história.

O Programa DIST Shopping Park demonstra que é possível desenvolver um trabalho de extensão universitária em diálogo constante com a comunidade; de modo a praticar a liberdade de escolha, decisão e participação das pessoas no seu próprio processo de evolução e transformação; em que o ensino e a pesquisa são indissociáveis à extensão, possibilitando a participação ativa, autônoma, representativa e (co)responsável da população.

Poder fazer parte desse programa me permite enxergar a extensão na perspectiva popular, em uma dimensão mais completa, acadêmica e democrática, conseguindo romper com muitos limites, mesmo dentro de uma conjuntura política, econômica e social e entender que é possível reverter algumas questões a partir da própria universidade.

O caminhar nesse programa vem demonstrando que é possível conectar conhecimentos e promover mudanças onde a metodologia aplicada, que tem como base os princípios da educação popular, na perspectiva freireana, contribui decisivamente para que as pessoas se formem cidadão/ãs, a caminho da sua autonomia e emancipação. Essa construção em prol da cidadania perpassa pelo processo dialógico de construção compartilhada de conhecimentos, problematizando, de forma democrática e popular, em convivência direta e horizontalizada.

Dessa forma, entendo a extensão não como indissociável, mas indispensável. Ela possui um lugar de centralidade na Academia. É capaz de desenvolver ações onde o saber flui e o conhecimento inovador é produzido. Nesse sentido, posso dizer que a extensão universitária não estende, mas se faz como uma prática acadêmica educativa formativa que aprende, apreende, produz, dá frutos e sementes que, sopradas, seguirão para novas germinações.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rce-s007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rce-s007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 4 jan. 2023.

FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas**. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1967.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

FORPROEX. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. *In*: ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1., 1987, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: UNB, 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2023.

FORPROEX. Plano nacional de extensão universitária. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC**. Brasil, 2000-2001. Disponível em: [http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao\\_1.pdf](http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf). Acesso em: 5 jan. 2023.

FORPROEX. Política nacional de extensão universitária. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC**. Manaus, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2023.

RODRIGUES, V. M. **O programa de extensão universitária Proext no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2012: uma análise a partir da experiência da Universidade Federal de Uberlândia**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13999>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Submetido em 25 de agosto de 2023.

Aprovado em 07 de dezembro de 2023.